



CÂMARA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
Estado do Espírito Santo



PARECER Nº 075/2025 DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº: 29/ 2025

ASSUNTO: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.882, DE 20 DE MARÇO DE 2018, QUE INSTITUI O PROGRAMA AGRICULTURA FORTE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA/ES.

AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO

I-RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para análise e parecer, o Projeto de Lei nº 29, de 28 de agosto de 2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo.

A proposição legislativa visa alterar a Lei Municipal nº 1.882/2018, que estabelece o "Programa Agricultura Forte". As modificações propostas abrangem: I-A ampliação do limite de horas/máquina para serviços em propriedades rurais (art. 3º); II-A criação de uma exceção de dois anos para a apresentação de documentação fiscal por parte de produtores em situações específicas (art. 11); III-A atualização de parâmetros técnicos de consumo de combustível dos equipamentos utilizados no programa, conforme detalhado no Anexo Único.

Cabe a esta comissão analisar os aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria em sua totalidade.

II. PARECER DO RELATOR

Após análise integral da proposição, incluindo seu anexo, manifesto-me pela sua total conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

A matéria tratada — política de desenvolvimento agrícola e apoio ao produtor rural — insere-se na competência legislativa do Município para tratar de assuntos de interesse local, conforme preceitua o art. 30, I, da Constituição da República. A iniciativa do projeto, de autoria do Chefe do Poder Executivo, é





CÂMARA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
Estado do Espírito Santo



legítima, uma vez que se trata de lei que dispõe sobre a organização e o funcionamento de programas da administração municipal.

No mérito da juridicidade, as alterações propostas mostram-se razoáveis e adequadas. A ampliação do benefício (art. 3º) e a criação de uma exceção para a comprovação fiscal (art. 11) atendem aos princípios da razoabilidade e da isonomia, conferindo tratamento adequado a situações distintas.

A alteração promovida no Anexo Único, que atualiza os parâmetros de consumo de combustível dos equipamentos, possui natureza puramente administrativa e operacional. Tal ajuste é fundamental para o planejamento e a correta execução do programa, não apresentando qualquer óbice de natureza legal ou constitucional.

O projeto também observa a boa técnica legislativa, indicando claramente os dispositivos a serem alterados e utilizando a cláusula "NR" (Nova Redação) para indicar as modificações.

Dessa forma, sob o prisma da legalidade e constitucionalidade, o projeto, em sua integralidade, está em plenas condições de ser submetido à apreciação do Plenário.

Diante do exposto, o voto é pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e JURIDICIDADE** da integralidade do Projeto de Lei nº 29, de 28 de agosto de 2025.

III. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião realizada nesta data, por unanimidade de seus membros, acompanha o voto do Relator, opinando **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação do Projeto de Lei nº 29/2025.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 2025.

Eliton Ribeiro Caldeira
ELITON RIBEIRO CALDEIRA
Relator

Erinaldo das Virgens Patez
ERALDO DAS VIRGENS PATEZ
Presidente

Joventino Caetano de Oliveira
JOVENTINO CAETANO DE OLIVEIRA
Secretário

